

## **Mulheres Negras na Revolução Constitucionalista de 1932**

Jhonatan Uilly G. Ferreira. Aluno do Curso de Licenciatura em História, Universidade de Santo Amaro – UNISA. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Políticas e Identidades Ibero-Americanas – POLIBERA/UNISA/CNPq. Bolsista IC/UNISA.

Paulo Fernando de Souza Campos. Doutor em História. Professor do Curso de Licenciatura em História, Universidade de Santo Amaro – UNISA. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Políticas e Identidades Ibero-Americanas – POLIBERA/UNISA/CNPq. pfsouzacampos@hotmail.com

A pesquisa ora apresentada analisa a participação de mulheres negras na Revolução Constitucionalista de 1932. O estudo parte do pressuposto de que o contingente feminino negro que atuou na “guerra cívica” deve ser caracterizado como agentes transformadoras de seu tempo e espaço. Deste modo, o estudo tem como intuito desmitificar o imaginário dominante em relação ao feminino, sobretudo, no que consiste à ideia de passividade histórica das mulheres negras, na maioria das vezes historicamente vinculadas ao espaço doméstico. Para tanto, as investigações procuram evidenciar, por meio de fontes documentais, a luta política dessas mulheres, bem como a reação da negritude feminina no conflito armado deflagrado por São Paulo. Destarte, motivos políticos e intencionalidades de mudanças devem ser considerados na complexidade da organização dos negros em São Paulo. O trabalho considera que a história sobre o período é parcial, pois não problematiza as motivações políticas das mulheres negras. Quando inseridas, a história dessas mulheres e suas representações são evocadas pela ação de cuidar, por esse motivo, caracterizadas como enfermeiras, contudo, a ação das mulheres negras na Revolução de 32 ultrapassa a representação da enfermeira no *front*. Por conseguinte, o estudo objetiva mapear a documentação existente sobre a participação de mulheres negras na Revolução Constitucionalista de 1932. Identificar representações em torno da experiência feminina negra na esfera pública. Problematizar o movimento das mulheres negras em relação às especificidades históricas alusivas à presença negra em São Paulo no Estado

Novo. Nesse sentido, na presente etapa do estudo, a pesquisa é conduzida pelo mapeamento da documentação existente sobre a participação de mulheres negras na Revolução Constitucionalista de 1932 junto ao destacamento Legião Negra. O levantamento tem sido realizado por intermédio da consulta de acervos localizados na cidade de São Paulo, vale dizer, Arquivo do Estado de São Paulo e Centro de Estudos José Celestino Bourroul, neste, especificamente, o Acervo Memorial '32. O projeto em desenvolvimento sobre as mulheres negras colabora para o processo de releitura da experiência dos negros em São Paulo na Primeira República, cuja história ainda se encontra submersa nas zonas sombrias do discurso da história oficial. Os resultados parciais possibilitam perceber a existência de um saber pouco explorado no estudo da história, qual seja, a atuação de mulheres negras na vida pública. Não obstante, a pesquisa implica na desconstrução de uma dependência encarcerada na atuação heroica e masculina como construção historiográfica. No decorrer das análises nas fontes documentais, percebe-se que as mulheres negras, mesmo dentro de um contexto extremamente segregacionista, participaram ativamente das mais diversas atividades como voluntárias no decorrer do conflito, contrariando a padronização da enfermagem, que impedia o ingresso de mulheres negras na profissão. No entanto, em 1932, o número maior de voluntárias para enfermagem em consonância com os batalhões (Legião Negra) são de mulheres negras. Soma-se a isso, a oficialidade das enfermeiras negras treinadas pela Cruz Vermelha Brasileira – Filial do Estado de São Paulo. Destaca-se também que o batalhão formado somente por negros, popularmente conhecido como *Pérolas Negras*, foi um dos poucos batalhões com enfermeiros próprios. As investigações apontam semelhanças no que concerne à participação de mulheres negras, no século XIX, em São Paulo. A presença feminina era fundamental na luta política dos escravos e forros, dentro e fora dos quilombos, onde as mulheres exerciam um papel de elo entre a comunidade. Em análogo, é perceptível este elo no batalhão da *Legião Negra*, vale dizer, um posicionamento autônomo das mulheres negras no combate de 1932.